

A inflação e a dívida externa

O pessimismo parece envolver as conversações em torno do acordo entre o governo brasileiro e os bancos credores estrangeiros. Afigura-se até excessivo, pois não se concebe que as duas partes não cheguem a um entendimento que interessa a ambas. Tudo indica que as conversações se encaminham agora para um acerto temporário, que não representa a melhor solução e que, de qualquer modo, requer um acordo prévio com o FMI. Tal é a missão que compete no momento aos negociadores brasileiros, pressionados não só pelos credores, mas também pela premência de tempo.

Os credores sabem, naturalmente, que, para o Brasil, mais vale manter a moratória, que já lhe custou tanto dinheiro, do que a suspender e, dentro de três meses, tornar a decretá-la. É esta a razão por que estamos persuadidos de que as duas partes chegarão ao acordo. Nosso governo tardou a aproximar-se do FMI, não por obstinação ou capricho, mas porque queria assegurar-se de que não haveria nenhuma vinculação entre os desembolsos do organismo internacional e os desembolsos dos bancos credores. A inexistência de vin-

culação é, porém, considerada necessária pelo próprio FMI, que, em vista disso, pode mostrar-se mais exigente com o país que ajuda. O diretor-gerente do organismo, sr. Michel Camdessus, está sentindo como na própria carne o inconveniente de tal vínculo, pois, pressionado pelo governo norte-americano, tem liberado recursos para o governo de Buenos Aires, sem que este venha cumprindo seus compromissos. Alguns bancos credores também consideram vantajosa essa desvinculação, pois lhes permite reduzir a parte que cabe aos bancos nos refinanciamentos dos juros. É provável que, tão logo o governo brasileiro informe ter iniciado conversações com o FMI, e antes mesmo que a questão de tais vínculos seja acertada, a renegociação da dívida se torne mais fácil — embora, infelizmente, para conduzir a um acordo de curto alcance.

Agora, porém, o problema gira em torno das perspectivas que nosso governo poderá oferecer ao FMI. As conversações começam em circunstâncias bastante adversas para o Brasil. A inflação oficial de janeiro deverá ser ligeiramente superior a 16%, embora se esperasse que iria além de 15%. A taxa de 16%, em pro-

jeção anual, corresponde a uma inflação de 493,6%. O pior é que, nesse nível, parece impossível estabilizá-la. Qualquer fator, por menos ponderável que seja, poderia subverter inteiramente a política de controle. Aten-te-se, por exemplo, para a questão dos reajustes salariais: depois de março, o reajuste dos salários pela URP exercerá pressão sobre o custo e incrementará a demanda (ainda que represente apenas ressarcimento parcial da perda de poder aquisitivo).

O FMI havia feito uma avaliação do programa do ministro Bresser Pereira, abrangendo a política fiscal, que sofreu séria amputação sem que, até agora, por meio de cortes nas despesas, se possa garantir que o déficit público será efetivamente reduzido a 2,5% do PIB. O presidente do Banco Central apresentará agora aos credores e ao FMI uma versão atualizada do Programa Econômico do Brasil. Mas terá de oferecer-lhes mais do que promessas, às quais já não dão crédito. No último informe, comunicava-se que o déficit, em 1987, ficaria em 3,5% do PIB; chegou, porém, a 5,4%. A base monetária cresceu 185,1%, superando ampla-

mente a previsão apresentada há três meses aos bancos credores.

Não é fácil reduzir subitamente, sem "choques", uma inflação que oscila em torno de 15% ao mês. Não bastaria apresentar projeções para o próximo mês para convencer o FMI de que os grandes problemas da economia nacional estão resolvidos; nosso governo tem de demonstrar claramente que irá tomar medidas drásticas e rigorosas (a saber, cortes nas despesas) para controlar o déficit. Somente fatos — não estatísticas — podem caracterizar a mudança de situação. O fechamento de bancos estaduais e a redução de pessoal, de que a Sudepe deu exemplo singular, seriam fatos que poderiam infundir nos credores a necessária confiança.

Esperamos que o sr. Fernando Milliet possa apresentar aos bancos estrangeiros e ao FMI fatos objetivos e concretos, com suficiente força para os convencer, não de que a inflação irá baixar imediatamente, mas de que, dentro de pouco tempo, a situação da economia nacional mudará completamente. Se não apresentar fatos e continuar apenas fazendo promessas, nosso governo acabará por precipitar uma séria crise, cuja primeira vítima será o Brasil.

ESTADO DE SÃO PAULO

23 JAN 1988